



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
CONCIDADE NATAL

**ATA SUMÁRIA REFERENTE À REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO CONCIDADE NATAL DE 27 DE JUNHO DE 2022**

**PAUTA:**

- a) Informes gerais.
- b) Apresentação do *status quo* dos processos de Regulamentação das ZPAs de Natal (SEMURB)
- c) Apresentação preliminar da Comissão responsável pela análise da Lei 6.013/09 que regulamenta o Concidade Natal

1 Aos vinte e sete dias do mês de junho aconteceu a terceira reunião ordinária do  
2 Concidade Natal, referente ao ano de 2022, no auditório da SEMAD, localizado a Rua  
3 Santo Antônio, 608, Cidade Alta - Natal-RN. A reunião teve início às 9h45 em 2ª  
4 chamada e foi presidida pela Sra. Joanna Guerra (vice-presidente do Concidade Natal).  
5 A reunião contou com a presença dos seguintes conselheiros: Alexandre Pinto Varella  
6 (SME); Carlos Magno de Oliveira (SMS); Erick Olímpio Dia (SEHARPE); George Luiz  
7 Marques Silva (SEHARPE); Cristiane de Araújo Alecrim (SETUR); Maria Nina Salustino  
8 (SEL); Maria das Graças Cavalcanti (FUNCARTE); Ivanilde Ramos da Silva (URBANA);  
9 Daliana Bandeira Luz Monteiro Santos (STTU); Walter Pedro da Silva (STTU); Marielly  
10 Christiane Gadelha Rego (STTU); Carlos Geraldo Correia Gomes (SEINFRA); Thiago de  
11 Paula Nunes Mesquita (SEMURB); Eudja Maria Mafaldo de Oliveira (SEMURB); Ana  
12 Lúcia de Azevedo da Silva (SEMPLA); Yuri Santhiago Marques Fonseca (SEMPLA);  
13 Ricardo José B. De M. Loureiro Amorim (PGM); Gabriella Emerciano Maia (ARSBAM);  
14 Mario Sérgio de Holanda Madruga (ARSBAN); Maria Divaneide Basílio (CMNAT);  
15 Marcos Antônio Ribeiro (MLB); Alessandro Ferreira Cardoso Silva (UFRN); George  
16 Alexandre Ferreira Dantas (UFRN); Marcus Antônio Aguiar Filho (FIERN); Edson Lima  
17 Lobato Junior (FECNAT); Ana Crisina Lima Santos (CONAM); Ronaldo Tavares da Silva  
18 (DEFICIENTE); Ivoneide Damasceno (DEFICIENTE); Pedro Severino de Lima Filho  
19 (AT1); Valda Maria Pereira Leonez (RT1); Damiana Paula da Silva (RT1); Antonio Sérgio  
20 Pereira (RT1); Nastagnan Batista da Silva (RT2); Jorge Eduardo Campos (RT2); Júlio  
21 Cezar de Oliveira Ribeiro (RT2); José de Arimatéia da Silva (RT3); Carlos Reny Araújo  
22 (RT4); Thiago Simplício Raimundo da Silva (RT4); Wilson Luiz Cardoso (RT5); Luciana  
23 Oliveira Monteiro (RT5); Aldo da Fonseca Tinoco Filho (RT5); André Luiz Venturi e Silva



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
CONCIDADE NATAL**

24 (RT6); Célio Cícero de Lima (RT7). Joanna Guerra, com a palavra, saúda e agradece a  
25 presença de todos. Em seguida apresenta a pauta composta pelos seguintes temas: a)  
26 Informes gerais; b) Apresentação do *status quo* dos processos de Regulamentação das  
27 ZPAs de Natal (SEMURB); c) Apresentação preliminar da Comissão responsável pela  
28 análise da Lei 6.013/09 que regulamenta o Concidade Natal. Como informe, ela  
29 apresentou as movimentações de conselheiros, ocasionadas pelas mudanças em  
30 algumas secretarias (SEMTAS e SEHARPE) e também em entidade da sociedade civil  
31 organizada (SINSENAT), além do retorno do Governo do Estado pela Secretaria de  
32 Desenvolvimento Econômico sobre a solicitação feita para apresentação do Projeto  
33 Porto Indústria Potiguar. Segundo ela, a resposta foi negativa, uma vez que alegaram a  
34 insipiência do estudo. Joanna informou que, caso o Conselho não se sinta confortável  
35 com este retorno, pode ser solicitado um novo pedido, mesmo considerando o estudo  
36 ainda inicial, mas que seja colocado e explicado, como funciona, a programação e o  
37 cronograma de trabalho, para que este conselho possa entender o projeto. A vice-  
38 presidente sugeriu então, o envio de novo ofício assinado não só pela secretaria  
39 executiva, mas por todos os Conselheiros, convidando mais uma vez o Estado para uma  
40 explanação sobre o projeto. Joanna segue para os dois pontos de pauta seguintes.  
41 Assim, ela convida Thiago Mesquita, para que ele faça uma explanação sobre a situação  
42 das ZPAs. Thiago inicia explicando o conceito de Zona de Proteção Ambiental, conforme  
43 a Lei, e indica geograficamente onde estão inseridas. Thiago diz que Natal é um dos  
44 poucos municípios que traz em legislação específica (Plano Diretor) esse cuidado com  
45 as Zona de Proteção Ambiental, quando a maioria dos municípios brasileiros se valem  
46 apenas da legislação federal, principalmente do código florestal. Ele explica que  
47 algumas regulamentações do CONAM definem as áreas de proteção permanente e que  
48 essas áreas são sistemas de alta fragilidade ambiental - a mata ciliar, os rios, os lagos,  
49 as lagoas, as falésias, entre outras. Os municípios brasileiros consideram essas áreas  
50 dentro de seu mapeamento, como áreas que estão impedidas de intervenção humana  
51 que não seja prevista em Lei. Em Natal, o Plano Diretor de 1994 criou, além das APPs  
52 (áreas de preservação permanente), aquilo que também está previsto na Lei Federal nº  
53 9985/2000, as unidades de conservação. Além das zonas de conservação e APPs,  
54 previstas na legislação federal, o município resolveu criar em 94, dez (10) zonas de  
55 proteção ambiental, e estabeleceu que trinta e três por cento de seu território estariam  
56 dentro delas. Thiago explicou que, enquanto não houver a regulamentação com a



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
CONCIDADE NATAL**

57 definição de uso e ocupação do solo nessas zonas, nada poderá ser feito em termos de  
58 intervenção ou mesmo alteração de uso ou ocupação do solo. Thiago informa que foram  
59 estabelecidos os limites há 28 anos de cinco ZPAs, com suas Leis de regulamentação.  
60 Em 2007 ficou definido que as outras cinco ZPAs (da seis a dez) não regulamentadas  
61 entre 94 e 2007, deveriam ser regulamentadas em até dois anos (até 2009). Essas ZPAs  
62 estão nas áreas mais periféricas da cidade, o que tem levado a perdas importantes  
63 relacionadas a ocupações irregulares. Essas ocupações acontecem muitas vezes não  
64 por culpa do município, mas porque o próprio proprietário não consegue manter a área  
65 livre dessas ocupações. Thiago Mesquita deixa claro que não está falando apenas de  
66 pessoas em situação de fragilidade social, mas também de pessoas que tem uma boa  
67 condição financeira, que também invadem tais áreas. Ele explica que os processos de  
68 regulamentação das ZPAs 8, 9 e 10 estão tramitando na Câmara Municipal de Natal, e  
69 que já aconteceram algumas audiências públicas, de uma forma organizada,  
70 transparente e objetiva, com cronograma de votação que se estenderá até,  
71 possivelmente, 11 de agosto. A ZPA 7 foi regulamentada no Plano Diretor, quando  
72 houve um esforço da Câmara Municipal de também regulamentar a 8, 9 e 10. Porém,  
73 isso não foi possível, a própria SEMURB se posicionou contrária, e foram ali vetadas  
74 essas três regulamentações, por inconformidades. Então, o executivo de Natal ao avaliar  
75 com a Procuradoria Geral do Município todo o histórico de participação popular das  
76 ZPAs com audiências públicas, participação do CONPLAM e estudo técnico do IBAM, o  
77 qual fundamentou os pareceres dos conselhos, emitiu um parecer favorável à tomada da  
78 regulamentação pela CMNAT. Thiago termina sua fala expondo sobre a necessidade de  
79 urgência dessas regulamentações, para que se possa ter um controle maior e objetivo  
80 da legislação. Joanna Guerra agradece a contribuição de Thiago e abre para a plenária.  
81 Marcos Ribeiro (MLB) é o primeiro a fazer suas colocações, dizendo que existe interesse  
82 privado nas áreas de proteção ambiental. Ele fala do insucesso em tentar barrar a  
83 revisão do Plano Diretor e se dirige a Thiago Mesquita como não defensor do meio  
84 ambiente, embora esteja nessa função. Com a palavra o professor Alexsandro Ferreira  
85 (UFRN), faz um histórico para retomar o conceito de ZPA. Ele diz que as ZPAs devem  
86 ter leis específicas que orientam o licenciamento ambiental. Ele explica que os  
87 processos das ZPAs 6, 7, 8, 9 e 10 estão vencidos, haja vista que começaram há mais  
88 de 20 anos. Como técnico, ele fala das dificuldades dessas ZPAs estarem atrasadas, e  
89 por isso o município sofreu perdas por ocupações irregulares. Os processos que já estão



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
CONCIDADE NATAL**

90 na CMNAT, referentes as ZPAs 8, 9 e 10 foram vetados por questões cartográficas.  
91 Para Aleksandro Ferreira, cabe sim ao Concidade continuar observando e discutindo  
92 sobre as ZPAs. O parecer da PGM é opinativo em sua opinião. George Dantas (UFRN),  
93 com a palavra, concorda com Thiago no sentido da necessidade de agilidade, e  
94 relembra que, no Concidade, já havia comissões formadas (para as ZPAs 7 e 9) e com  
95 trabalho sério e adiantado na elaboração das propostas de regulamentação,  
96 considerando todos os documentos e estudos (como os da UFRN, do IBAM a proposta  
97 da SEMURB) e o processo foi interrompido no segundo semestre de 2018, quando já  
98 estavam perto de conclusão. Pergunta retoricamente por que isso aconteceu, se se fala  
99 tanto em necessidade de regulamentação. Aponta também que, como o novo PD 2022  
100 não regulamentou algumas ZPAs, é necessário observar o próprio Decreto municipal  
101 (11.691, de 05 de fevereiro de 2019) que estabelece os fluxos dos processos de temas  
102 que dizem respeito ao desenvolvimento urbano perante o CONCIDADE, como é o caso  
103 das ZPAs. Esse procedimento dá uma sobreposição entre CONPLAM e Concidade, e  
104 com isso relembra o decreto. Para ele, esses processos devem voltar para o Concidade.  
105 Com a palavra, Wilson Cardoso (R. Territorial) lembra que as ZPAS estão esperando  
106 regulamentação há 28 anos. Ele expressa que há uma corrente que não deseja que as  
107 coisas aconteçam. A questão da insegurança jurídica é tremenda pela falta de  
108 regulamentação e por isso, a SEMURB e a Prefeitura não podem atuar. Demorar mais  
109 com isso, na sua opinião, é causar um caos ambiental e social. Wilson finaliza sua fala  
110 relatando a importância de agilizar esses processos. Por último, Divaneide se diz  
111 contrária a ideia do atraso dos processos, mas ressalta o importante papel do Conselho  
112 no processo e lembra que, argumentar que há pessoas que não desejam que as coisas  
113 aconteçam na cidade é, além de equivocado, uma mera desqualificação do debate no  
114 Conselho. Joanna passa a palavra para Thiago Mesquita que responde as observações  
115 da plenária. Sobre a ZPA 6, ele diz que 100% dela é área militar, estando caracterizada  
116 como APP (área de proteção permanente). Assim, fica preservada, a exceção de  
117 quando a questão for de soberania nacional. Ele explica que as comissões de análise do  
118 Concidade não avançaram porque em paralelo estava acontecendo a revisão do Plano  
119 Diretor de Natal. O Concidade coordenou os demais conselhos no processo final. Em  
120 resposta a Marcos Ribeiro, Thiago diz que existem várias formas de agir como ativista  
121 ambiental e que a questão ambiental é uma questão de todos, e continua explicando  
122 que a SEMURB é uma secretaria técnica que deve obedecer a lei, sendo necessária a

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
CONCIDADE NATAL**

123 regulamentação para que ela possa chegar a trabalhar com aparato legal. Joanna  
124 Guerra com a palavra, lembra que o objetivo do Conselho é receber os processos  
125 inerentes as suas competências e concluí-los, e em relação as ZPAs ficou claro o que  
126 ocorreu. Em seguida, ela passa a palavra para Aleksandro Ferreira (UFRN) para que ele  
127 possa apresentar o segundo ponto da pauta. Ele inicia sua apresentação falando sobre  
128 o trabalho de atualização da Lei 6013/09. Faz um pequeno histórico sobre o trabalho já  
129 iniciado pela comissão anterior e apresenta a minuta com as sugestões da comissão  
130 atual. Ele explica que um ponto chave nessa atualização da Lei, o qual certamente  
131 gerará muito debate, é a questão da composição do Concidade e que nesse aspecto a  
132 Comissão optou por apenas apresentar o estudo e a proposição do grupo anterior, em  
133 vista que estava baseada em análises de outros conselhos pelo Brasil e também na  
134 frequência dos representantes de determinados setores no dia a dia do Concidade.  
135 Aleksandro faz a leitura da minuta e vai explicando ponto a ponto. Com relação a  
136 composição, ele explica a proposta de redução no número de conselheiros e quais os  
137 cálculos e a lógica utilizada para se chegar ao novo número. Falou também sobre a  
138 mudança no cenário das indicações da sociedade civil, tendo a possibilidade de  
139 concorrência entre órgãos e instituições de determinados segmentos ao invés de  
140 cadeiras cativas, como atualmente existem. Ao término de sua fala os conselheiros  
141 Carlos Magno (SMS) e Wilson Cardoso (R. Territorial) apresentaram suas observações.  
142 O primeiro se mostrou contrário a redução do número de conselheiros, com a saída de  
143 secretarias como a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Trabalho e  
144 Assistência Social e a Funcarte. Ele não vê positivamente a redução. O segundo por sua  
145 vez, corroborou com a questão da abertura para a sociedade civil escolher dentro dos  
146 seus segmentos, sem a lógica da cadeira cativa. Ele também reforçou a importância de  
147 se estruturar bem a Secretaria Executiva do Concidade, haja vista que o fluxo de  
148 processos será bem intenso por ocasião da implantação da Câmara de Admissibilidade.  
149 Thiago Mesquita corrobora com Carlos Magno, dizendo que a saída dessas Secretarias  
150 no Concidade ocasionará grande perda. Aleksandro, encerrando sua apresentação se  
151 compromete a enviar o texto da minuta para os conselheiros, bem como abrir um canal  
152 para suas sugestões e contribuições. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado,  
153 Joanna Guerra dá os encaminhamentos finais: retomada do ofício para o governo do  
154 Estado sobre o Porto Indústria com a assinatura de todos os conselheiros que assim  
155 desejarem e continuidade do trabalho da comissão, agora na fase de contribuição dos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**  
**CONCIDADE NATAL**

156 conselheiros. A reunião é encerrada às 11h48min.

<b>Conselheiros titulares e suplentes presentes</b>	
Aldo da Fonseca Tinoco Filho (RT5)	
Alexandre Pinto Varella (SME)	
Alexsandro Ferreira Cardoso Silva (UFRN)	
Ana Crisina Lima Santos (CONAM)	
Ana Lúcia de Azevedo da Silva (SEMPLA)	
André Luíz Venturi e Silva (RT6)	
Antonio Sérgio Pereira (RT1)	
Carlos Geraldo Correia Gomes (SEINFRA)	
Carlos Magno de Oliveira (SMS)	
Carlos Reny Araújo (RT4)	
Célio Cícero de Lima (RT7)	
Cristiane de Araújo Alecrim (SETUR)	
Daliana Bandeira Luz Monteiro Santos (STTU)	
Damiana Paula da Silva (RT1)	
Edson Lima Lobato Junior (FECNAT)	
Erick Olímpio Dia (SEHARPE)	
Eudja Maria Mafaldo de Oliveira (SEMURB)	
Gabriella Emerciano Maia (ARSBAM)	
George Alexandre Ferreira Dantas (UFRN)	
George Luiz Marques Silva (SEHARPE)	
Ivanilde Ramos da Silva (URBANA)	
Ivoneide Damasceno (DEFICIENTE)	
Jorge Eduardo Campos (RT2)	
José de Arimatéia da Silva (RT3)	
Júlio Cezar de Oliveira Ribeiro (RT2)	
Luciana Oliveira Monteiro (RT5)	
Marcos Antônio Ribeiro (MLB)	
Marcus Antônio Aguiar Filho (FIERN)	
Maria das Graças Cavalcanti (FUNCARTE)	
Maria Divaneide Basílio (CMNAT)	
Maria Nina Salustino (SEL)	
Marielly Christiane Gadelha Rego (STTU)	
Mario Sérgio de Holanda Madruga (ARSBAN)	
Nastagnan Batista da Silva (RT2)	
Pedro Severino de Lima Filho (AT1)	
Ricardo José B. De M. Loureiro Amorim (PGM)	
Ronaldo Tavares da Silva (DEFICIENTE)	



**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
CONCIDADE NATAL**

Thiago de Paula Nunes Mesquita ((SEMURB)	
Thiago Simplício Raimundo da Silva (RT4)	
Valda Maria Pereira Leonez (RT1)	
Walter Pedro da Silva (STTU)	
Wilson Luiz Cardoso (RT5)	
Yuri Santhiago Marques Fonseca (SEMPPLA)	

\_\_\_\_\_  
**Joanna de Oliveira Guerra**  
Vice-presidente do Concidade Natal

\_\_\_\_\_  
**Juliana Rocha de Azevedo da Costa**  
Secretária Executiva do Concidade Natal